

ABORDAGENS SOBRE O RACISMO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO PARA PROMOVER A RESILIÊNCIA CLIMÁTICA: UMA PERCEPÇÃO GEOGRÁFICA A PARTIR DA BNCC NO ENSINO FUNDAMENTAL

Ione Maria Marques Santos ¹Mirelly De Moraes Andrade ²Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos ³

1. Introdução

Promover a resiliência climática exige enfrentar as desigualdades sociais que marcam o território brasileiro. Essas desigualdades são evidenciadas nos espaços onde vivem as populações mais vulneráveis, muitas vezes definidas pela cor da pele e pela ausência de direitos. Como afirma Herculano (2006), basta observar quem são as vítimas dos deslizamentos e enchentes: corpos racializados, empurrados para as margens da cidade.

A partir disso, o racismo ambiental expressa-se justamente nessas injustiças vividas por comunidades tradicionais e populações pobres, que são excluídas dos benefícios do progresso, mas profundamente impactadas por seus efeitos. Ambientes sem saneamento, segurança ou serviços básicos tornam-se, historicamente, o destino dessas populações, como destaca Jesus (2020).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orientada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), define os conhecimentos essenciais da educação básica. Embora o racismo ambiental não seja um tema obrigatório, pode ser abordado, segundo essa base, de forma transversal nos Temas Contemporâneos, promovendo uma educação crítica e transformadora.

Este trabalho tem como objetivo analisar as abordagens na Geografia sobre o racismo ambiental e a promoção da resiliência climática a partir da BNCC no Ensino Fundamental. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com base em revisão

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, ione.marques@ufpe.br;

² Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, moraes.andrade@ufpe.br.

³ Professor orientador: Doutor em Educação. Professor do Departamento de Políticas e Gestão da Educação (DPGE), Centro de Educação (CE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). thiago.silvasantos@ufpe.br.



bibliográfica e análise documental da BNCC, buscando identificar caminhos para integrar a educação ambiental e social ao ensino de Geografia.

2. Metodologia

Essa pesquisa adota uma abordagem qualitativa, segundo Minayo (2009), considerando que, nas Ciências Sociais, a realidade estudada nem sempre pode ser expressa em números.

Ademais, o trabalho se dividiu em duas etapas: primeiro, realizou-se um levantamento bibliográfico de textos relevantes; em seguida, procedeu-se à análise documental da BNCC, especificamente o componente curricular de geografia da etapa do Ensino Fundamental dos anos finais. Esse estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória, conforme Gil (2008, p. 27), onde as “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”.

Sendo assim, após a leitura do documento, levantaram-se indicadores que possibilitaram inferências científicas, as quais foram sintetizadas com o levantamento teórico, conforme a análise qualitativa proposta por Gil (2008).

3. Racismo ambiental e a resiliência climática

Existem várias formas de racismo, muitas camufladas na sociedade, entre elas se encontra o racismo ambiental. Para Herculano (2008), esse conceito está ligado às injustiças sociais e ambientais que afetam de forma desigual etnias e comunidades vulneráveis, sem necessariamente haver intenções racistas, mas com impactos raciais.

Jesus (2020) destaca que historicamente as comunidades pobres e étnicas são deslocadas para áreas insalubres, ficando expostas aos maiores impactos sociais e ambientais. A maioria das pessoas pobres vive em áreas inadequadas, como lixões, morros e regiões contaminadas, resultado de padrões sociais que priorizam o uso da terra para fins produtivos.

Ademais, esse conceito está ligado à injustiça ambiental, que, segundo Rangel (2016), atinge especialmente grupos de baixa renda, marginalizados e racialmente



discriminados. O autor ressalta a importância de tratar o racismo ambiental separadamente das injustiças ambientais para evitar sua naturalização e denunciar as desigualdades raciais subjacentes.

No que tange o conceito de resiliência ambiental, refere-se à capacidade de um sistema se restabelecer após ser exposto a perturbações ambientais. Para Nusdeo e Silva (2023) as sociedades menos resilientes aos fenômenos climáticos são aquelas marcadas por desigualdades sociais, o que faz com que os impactos negativos sejam distribuídos de forma desigual entre diferentes regiões e setores.

Segundo Martins, Taddei e Ramalho (2023), as ações humanas têm sido o principal agravador dos fenômenos climáticos e são conhecidas cientificamente como mudanças climáticas antropogênicas. Nesse sentido, segundo o IPCC (2023), apesar da crescente conscientização pública e política sobre os impactos climáticos em diversos países, muitas adaptações inadequadas ocorreram, especialmente em setores e regiões que abrigam populações vulneráveis e marginalizadas.

4. Resultados e Discussão

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece os conhecimentos e competências que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica. Segundo ela, é responsabilidade das escolas, redes e sistemas de ensino incorporar em seus currículos temas de relevância contemporânea, com destaque para a abordagem transversal e integradora (Brasil, 2018). No entanto, conceitos como racismo ambiental e resiliência climática, apesar de sua relevância para o contexto atual, não aparecem de forma explícita nesse documento. Essa ausência revela uma lacuna importante para a formação crítica dos estudantes.

No campo da Geografia, a BNCC afirma que “estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta” (Brasil, 2018, p. 359). Isso implica reconhecer como as relações sociais produzem espaços desiguais e expõem diferentes grupos a riscos ambientais e sociais.

Na perspectiva geográfica, a BNCC propõe que a disciplina contribua para a



compreensão crítica do contexto global. Ela propõe que os conteúdos escolares partam do cotidiano e das vivências dos alunos, o que dialoga diretamente com a perspectiva de Freire (1996), ao defender a valorização dos saberes do educando e sua relação com os conteúdos escolares. Com base nisso, foram analisadas possibilidades didáticas para tratar do debate sobre racismo ambiental e da justiça climática na BNCC na Geografia.

Isoladamente a Geografia já trabalha em seus conteúdos sobre clima e eventos climáticos, além de temas sobre territórios e áreas afins, porém transversalmente a esses assuntos se integram o racismo ambiental e a resiliência climática. Logo, “um fenômeno geográfico nunca acontece isoladamente, mas sempre em interação com outros fenômenos próximos ou distantes” (Brasil, 2018, p. 360).

Segundo a BNCC, no Ensino Fundamental nos anos finais, “espera-se que os alunos compreendam os processos que resultaram na desigualdade social, assumindo a responsabilidade de transformação da atual realidade, fundamentando suas ações em princípios democráticos, solidários e de justiça” (Brasil, 2018, p. 364).

A Geografia, ao abordar a relação sociedade-natureza, oferece um terreno fértil para o desenvolvimento dessas discussões em sala de aula. Ela defende uma construção gradativa do conhecimento, na qual competências e conteúdos são articulados ao longo dos anos escolares. Essa articulação pode ocorrer tanto horizontalmente, entre diferentes áreas do conhecimento, quanto verticalmente, na progressão entre os ciclos escolares.

A estrutura favorece a inserção progressiva de debates complexos, como os que envolvem desigualdade socioambiental. Eles ajudam a compreender como as desigualdades sociais e os processos históricos de marginalização estão diretamente ligados à intensificação dos efeitos climáticos. Além disso, conceitos como território e territorialidade podem ser explorados para discutir as injustiças ambientais e o deslocamento de comunidades tradicionais.

Contudo, Carvalho *et al.* (2023) apontam que a formação inicial dos professores ainda não prepara adequadamente os docentes para trabalhar com essas temáticas, gerando insegurança e limitações práticas. Lopes (2008) reforça que, mesmo com a transversalidade prevista na BNCC, a forma tradicional de organização dos currículos escolares dificulta sua efetiva implementação.

A meta 13.3 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2025) destaca que o fortalecimento do sistema educacional, por meio do aumento da consciência



ambiental e do desenvolvimento de habilidades humanas e institucionais, é essencial para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Essa meta reforça a importância de uma educação ambiental crítica desde a base escolar, como instrumento para alcançar maior justiça climática.

Os resultados demonstram a importância de inserir o debate sobre racismo ambiental e resiliência climática no cotidiano escolar. Compreender os aspectos físicos e naturais dos fenômenos é essencial, mas é igualmente urgente reconhecer e discutir os aspectos sociais que agravam essas problemáticas, contribuindo assim para a formação de sujeitos conscientes, críticos e atuantes diante das desigualdades climáticas e ambientais.

5. Considerações Finais

A análise da BNCC evidenciou a importância da educação no enfrentamento de problemas sociais e ambientais cotidianos. Inserir o debate sobre o racismo ambiental na sala de aula é fundamental para desconstruir injustiças históricas sofridas por populações periféricas e tradicionais, promovendo a formação de uma sociedade mais crítica, consciente e engajada com a equidade socioambiental.

No âmbito da Geografia, o tema pode ser abordado de forma transversal, articulando diferentes unidades temáticas da BNCC. Essa abordagem permite refletir com os alunos sobre desigualdades ambientais e estratégias para promover resiliência climática, reforçando a construção de práticas educativas que valorizem a justiça socioambiental e o fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: Racismo Ambiental, Resiliência Climática, Base Nacional Comum Curricular.

6. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 mai. 2024.

CARVALHO, Maria Adriana Santos; NICOLLI, Aline Andréia; SILVA, Janaína Costa e; OLIVEIRA, Quitéria Costa de Alcantara. Temas transversais na educação básica: o que dizem as pesquisas desenvolvidas de 2017 a 2021. **Revista REAMEC**, Cuiabá, v. 11, n. 1, p. 1-23, 2023.



DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. **Racismo ambiental, o que é isso**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 2006.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. (local): INTERFACEHS, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods13.html>. Acesso em: 13 mai. 2024.

IPCC- Painel Intergovernamental Sobre Mudança Do Clima. **Mudança do clima 2023: relatório síntese**. 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport_PO.pdf. Acesso em: 13 mai. 2024.

JESUS, Victor de. **Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental**. São Paulo: Saúde e Sociedade, 2020.

LOPES, A. C. Políticas de integração curricular. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
IPEA-Instituto de pesquisa econômica aplicada. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/ods/ods13.html> >. Acesso em: 13 mai. 2024.

MARTINS, Ivan M.; TADDEI, Renzo R.; RAMALHO, Débora C. F. Os saberes tradicionais e as mudanças climáticas. **Diálogos Socioambientais**, v. 6, n. 16, mar. 2023.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. SILVA, Maria Gabriela de Paula e. **A proteção dos Direitos Humanos e a agenda climática: convergência e desafios**. (local):(editora), 2023.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. **Racismo ambiental às comunidades quilombolas**. Bauru: RIDH, 2016.

